

Antônia Vitória Soares Aranha

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO BÁSICA

Existe mesmo o consenso?

Neste artigo, analisa-se as propostas atuais de diversos setores da sociedade brasileira quanto à formação profissional e à educação básica. Discute-se, particularmente, o projeto desenvolvido pela FINEP- Ministério da Ciência e Tecnologia, que objetiva fornecer recursos para que as empresas gerenciem a educação profissional de seus trabalhadores.

Cet article fait l'analyse des propositions des différents secteurs de la société brésilienne en ce qui concerne l'enseignement professionnel et l'éducation élémentaire. Il discute, en particulier, le projet développé par la FINEP et le Ministério da Ciência e Tecnologia. Ce projet prétends apporter des moyens aux entreprises qui vont manier l'éducation professionnelle de leurs ouvriers.

Antônia Vitória Soares Aranha é Mestre em Educação pela UFMG e Professora Assistente do Departamento de Administração da Educação da Faculdade de Educação da UFMG.

INTRODUÇÃO

Discute-se, hoje, em toda a sociedade brasileira, o impacto das novas tecnologias e dos novos processos organizacionais na educação, particularmente na formação do trabalhador. Os depoimentos abaixo de executivos, empresários e trabalhadores são ilustrativos das preocupações atuais quanto a esta temática:

"Atualmente, há um tema que é consenso no país: empresários, trabalhadores e governo sabem que, sem Educação Básica e formação profissional adequada, o Brasil não alcança a desejada sustentabilidade do crescimento econômico, não cria os empregos de qualidade e tampouco a cidadania é praticada em sua plenitude." Edgard Luiz G. Alves - economista do IPEA e ex-Secretário de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho. (FINEP, v. 3, p. 10).

"Esta Educação Básica é necessária para que as pessoas possam entender seu papel e sua importância, valorizando-se como profissionais e como seres humanos, no trabalho e na sociedade. Por tudo isso, a Educação Básica é, mais do que nunca, fundamental e necessária, para que possamos dotar o Brasil de maior competitividade." Jorge Gerdau Johannpeter - presidente do grupo Gerdau (Ibidem, p. 6)

"A sexta reunião de presidentes das organizações empresariais ibero-americanas (Salvador, Bahia, julho de 1993), (...), além de apontar para um diagnóstico que vai ao encontro daquele que tem sido feito pelos trabalhadores e também pelo governo, fala da urgente e necessária universalização do sistema único de Educação Básica, alcançando 100% da população em idade escolar de sete a dezoito anos, que seria complementado pela formação profissional

durante toda a vida produtiva do trabalhador. Quem não concordaria?" (Sebastião Lopes Neto - dirigente da CUT Nacional). (Ibidem, p.8).

Tais depoimentos, se isolados de um contexto e sem uma explicitação das estratégias propostas para sua implementação podem levar à conclusão de que, pelo menos quanto à educação e formação dos trabalhadores, visando a sua integração no processo produtivo e a sua formação enquanto cidadãos, estabeleceu-se um consenso na sociedade brasileira. E mais, é possível até mesmo a construção de um pacto para a sua implementação.

Recentemente, a revista *Veja* (26/6/96) trouxe uma longa reportagem sobre a elite brasileira. Ainda que tenha usado critérios questionáveis para delimitação de quem compõe esse estrato social, a reportagem é importante para delinear o pensamento, as demandas e propostas desse setor. Sintomaticamente, o principal fator apontado pela "elite" para vencer a pobreza no país é o investimento em educação (42% da pessoas consultadas), bem à frente do segundo fator - distribuição de renda, 17% (p. 38). Da mesma forma, a principal característica que a "elite" mais admira em outros países é a valorização da educação - 22% (p. 39).

Para se aferir a objetividade do consenso, é necessário, no entanto, verificar as estratégias e propostas desses setores.

GOVERNO E EMPRESÁRIOS: o pacto previsível

Inúmeros estudos e trabalhos têm alertado que, nesses tempos de Neoliberalismo e Estado Mínimo, para o atual governo, a educação deveria seguir uma rota precisa - ou seja, adequar-se às exigências do mercado, tomá-lo como referência de eficiência e qualidade.

"O ideário neoliberal tenta difundir a crença de que o setor público é o responsável pela crise e pela ineficiência vigente e que, por outro lado, o mercado e o setor privado apontam para eficiência, qualidade, produtividade, equidade. Daí a defesa de um Estado mínimo, de um Estado que intertira apenas o necessário para garantir o processo de reprodução do capital." (MOREIRA, 1995:96)

Neste sentido, as iniciativas governamentais tais como a aprovação do projeto de LDB-Darcy Ribeiro, o processo de construção do Currículo Nacional, bem como os testes de final de curso de alunos de graduação, vêm corroborar com as avaliações apresentadas.

"(...) o principal valor de um currículo nacional reside não no estímulo à padronização de metas e conteúdos importantes, mas sim no oferecimento de suporte ao funcionamento de um sistema nacional de avaliação. O currículo nacional facilita, em outras palavras, que se esclareça aos consumidores quais as escolas que merecem ser consideradas como de qualidade para que, a partir daí, as forças do mercado livre passem a operar com força total." (MOREIRA, 1995:98,99).

Seria possível, no contexto de um país dirigido por um governo com orientação neoliberalizante explícita, um tratamento diferenciado para a formação do trabalhador, que fosse verdadeiramente democrático, voltado para a construção de um ser humano livre e crítico ?

A análise de um projeto específico da área governamental "Educação para a Competitividade", que busca a parceria estado-empresa para a educação do trabalhador, contribui para uma avaliação mais precisa desse processo.

EDUCAÇÃO PARA A COMPETITIVIDADE:

A FINEP, juntamente com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o apoio da Gazeta Mercantil e do Instituto Herbert Levy está financiando a instalação de projetos educacionais das empresas direcionados aos seus trabalhadores.

A proposta da FINEP está sintetizada em quatro cadernos contendo análises, depoimentos e proposições: o caderno 1 - "Objetivos", estabelece as diretrizes e propostas do projeto; o caderno 2 - "Experiências", procura relatar as iniciativas mais significativas nessa área; o caderno 3 - "Depoimentos", traz as análises e alternativas de empresários, educadores, sindicalistas, etc. para a educação dos trabalhadores e, finalmente, o caderno 4 - "Kit de Adesão", define as regras do jogo, ou seja, como o empresário interessado em adquirir o financiamento para projetos de educação profissional deve proceder, as

condições para pagamento do financiamento adquirido, entre outros. As proposições contidas nos quatro cadernos procuram estabelecer um paralelo entre a educação e desenvolvimento, levantando para isso a situação do Brasil e de outros países desenvolvidos (ou em desenvolvimento).

Assim, por exemplo, ao analisar os tigres asiáticos, o caderno I "Objetivos" traz vários dados sobre Cingapura e fornece conclusões quanto à relação entre desenvolvimento e educação:

"... 90% da população é alfabetizada (...). Mais de 70% dos alunos concluem os dez (repetindo DEZI) primeiros anos de escolaridade(...) em 1991-92 exportava 45 bilhões de dólares e em 1993, saltou para 63 bilhões! Um resultado 50% maior do que o total das atuais exportações brasileiras." (p.8, 9).

"Dentre os fatores para o sucesso da Ásia destacam-se a grande quantidade de investimentos privados, em especial na área de alta tecnologia, e o rápido desenvolvimento dos recursos humanos devido à valorização da educação com ênfase na escola primária." (Ibidem, p. 9,10).

Outra imagem utilizada nesse caderno é a da situação dos EUA. Segundo o estudo citado de Paulo Fernando Fleury da UFRJ "Educação, competitividade e o Papel do Setor Produtivo", a falência do modelo taylorista-fordista colocou em xeque o papel da liderança norte-americana; buscando saídas para isso, o MIT (Massachusetts Institute of Technology) e pesquisadores americanos como Michael Poster de Harvard, realizaram pesquisas

que subsidiaram alterações no cenário americano.

"Conclusão: de posse dessas pesquisas, em pouquíssimo tempo, os empresários e os educadores americanos reuniram-se produziram um ambicioso relatório, que recebeu o título bem apropriado de América 2000, e que o governo Bush recebeu e logo colocou em prática. Além disso, os empresários decidiram direcionar melhor os seus gigantes programas em treinamento, cujo valor supera US\$40 bilhões anuais envolvendo oito milhões de trabalhadores." (Ibidem, p. 10, 11).

O caderno I divulga também exemplos de empresas, entre eles o da DEC-francesa, uma das líderes mundiais na fabricação de computadores e de sistemas de redes, com 120 mil funcionários, diversas fábricas e escritórios instalados em 70 países. Segundo o documento, até 15% da folha de pagamento da empresa são investidos na formação de trabalhadores; formação esta contínua, abrangendo todos os funcionários, inclusive engenheiros e secretárias.

"E este aprendizado, que não pára nunca, não é feito apenas para dominar a tecnologia do futuro - que, às vezes, em questão de dias e até de horas, se transforma em presente e passado - mas deve também aprender as áreas de competências básicas." (p. 7).

Quanto ao Brasil, uma das primeiras avaliações inseridas nesse volume é a de Roberto Campos, numa palestra feita por ele no Hotel Plaza de Nova York (10/11/94):

"Em resumo, ele disse que o Brasil participou das duas primeiras ondas, a primeira em

1957-1960 (que se sucedeu imediatamente à criação do Mercado Comum Europeu) e a segunda no final da década de 60 (que coincidiu com a época do denominado Milagre Brasileiro); mas que fracassamos na terceira onda, de 1983 a 1990 - por isso, para nós os anos 80 ficaram conhecidos como A Década Perdida. O que, aliás, aconteceu também para os latino-americanos e africanos. Agora é importante que a América Latina, em geral, e o Brasil, em particular, não percam o bonde da Quarta Onda." (p. 5).

Segundo este raciocínio, para que o Brasil se integre aos países em desenvolvimento e não perca a Quarta Onda, comendo a Sociedade do Saber, a Sociedade do Século XXI, são necessários certos requisitos, entre eles um grande investimento em educação da força de trabalho. Utiliza-se para reforçar este raciocínio, o depoimento de João Batista Araújo e Oliveira, um consultor da OIT e do Banco Mundial.

"A Sociedade do Saber requer a disseminação de uma cultura geral e que não se limita aos engenheiros e técnicos. Igualmente os operários precisam de um mínimo de conhecimento para entender, comunicar e participar das mudanças rápidas que se operam no interior da indústria." (p. 6).

Esse primeiro caderno é concluído com as seguintes declarações:

"(...) nenhum país que compete tecnologicamente está tão despreparado como o Brasil." (ARAÚJO e OLIVEIRA, p. 11).

"A verdade nua e crua é que dois terços da força de trabalho brasileira não têm o primeiro grau completo!" (p. 11).

"Por isso, é auspicioso o lançamento da campanha oficial Acorda Brasil: está na hora da escola". (P. 11, 12).

E, finalmente, o documento afirma que o Brasil só poderá inserir-se na economia mundial com uma qualificação constante de sua mão-de-obra em todos os níveis.

"Todos os trabalhadores, dos escritórios ou do chão de fábrica, e mesmo os mais velhos, podem e devem ser desenvolvidos, com benefícios gerais." (p. 14).

Mas, alerta para a avaliação de que não é possível esperar pelas reformas do ensino formal que o atual governo está implementando, já que os resultados são de longo prazo.

Portanto, a FINEP e o Ministério de Ciência e Tecnologia propõem para iniciativas no âmbito das empresas, visto o início imediato da educação dos trabalhadores.

O QUE SE OFERECE: Um negócio de pai para filho

"O empresário entra com a sala de aula e o reembolso do custo total do projeto, a longo prazo e a juros verdadeiramente de pai para filho". (Caderno 1, p. 17).

Isto significa concretamente que as condições de pagamento do projeto são as seguintes: "carência de até três anos e amortizações em até sete anos. Atualização monetária pela TJLP." Ainda, conforme o Caderno 4, juros de 2,5% ao ano e, se o empresário utilizar o sistema público

ensino (municipal, estadual e federal) para a implantação do projeto, não pagará juros nenhum (!). É cobrado da empresa uma taxa de acompanhamento e avaliação no total de 1% do financiamento.

Com esta conclusão, o "Kit de Adesão" lista um conjunto de atividades, passível de ser financiado pela FINEP: O custo do projeto educacional a ser implantado na própria empresa, utilizando ou não equipes externas contratadas para esse fim; o esquema pedagógico propriamente dito (diagnóstico, programa, professores, avaliações periódicas); equipamentos pedagógicos, inclusive TV e vídeos; 50% das horas de atividade normal do trabalhador na empresa que estiver em treinamento e 100% do salário do funcionário da empresa que supervisiona a parte administrativa do curso.

O projeto financia até 90% de uma grande variedade de cursos que as empresas podem implementar: supletivos de primeiro e segundo graus, educação continuada, enriquecimento curricular, treinamento ("entendido como educação e não adestramento").

Para ter acesso a este financiamento, os empresários devem elaborar um Projeto Técnico-Educacional, sendo possível três formas:

"1. Com seu próprio pessoal de RH, mais um orientador pedagógico e professores contratados. 2. Fazendo um contrato com escolas particulares, que possuam esquemas especializados em educação de trabalhadores-alunos. 3. Realizando um convênio com o sistema público de ensino - municipal, estadual ou federal. Você examina as três

alternativas e decide qual delas é a mais aconselhável para as necessidades de sua empresa. O importante é lembrar que qualquer das três alternativas pode ser eficiente, desde que o seu acompanhamento e a sua avaliação sejam feitos acuradamente."(Caderno 4).

Caso o projeto seja aprovado, a empresa é reembolsada pelos custos do projeto!

No caderno 2 - "Experiências", relata-se iniciativas de diversas empresas brasileiras na formação e qualificação dos seus trabalhadores. Assim, o leitor pode informar-se que os investimentos empresariais na educação profissional tem se dado por 3 vias: Sistema de Ensino Próprio (Asberit, Azaléia, Bradesco, etc); Sistema de Ensino Terceirizado - parceria empresa-colégio particular - (Autolatina, Toga); Sistema de Ensino Público - parceria empresa-Secretaria Municipal de Educação (WEG, Philips de São José dos Campos). Os cursos oferecidos são muito diversificados, desde pré-escola, programas de alfabetização e supletivos, passando por cursos de primeiro e segundo graus, até cursos técnicos e superiores.

Encerrando o segundo caderno, os depoimentos transcritos, a seguir, são bem significativos:

"Tem gente atrás das máquinas" (diretor da Azaléia) - (grifo da autora).

"Antes de voltar a estudar tinha vergonha de falar com meu chefe. Até evitava olhá-lo. Agora é diferente: passei a ter muito mais interesse pelo meu trabalho." (Aluno-trabalhador).

O projeto da FINEP é paradigmático da perspectiva educacional que o governo pretende estabelecer para a formação profissional dos trabalhadores. Mas não é o único exemplo. O documento "Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado", do Ministério do Trabalho (Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional), datado de agosto de 1995, reafirma esta concepção. Sob o binômio "empresa competitiva-cidadão competente", o MTb define sua orientação para esta área:

"O resgate da qualificação profissional, entendido como recuperação e valorização da competência profissional do trabalhador, não é, contudo, apenas uma questão de desempenho técnico. Envolve também uma dimensão da cidadania, que extrapola os muros da empresa: ler, interpretar a realidade, expressar-se verbalmente e por escrito, lidar com conceitos científicos e matemáticos abstratos, trabalhar em grupos na resolução de problemas - tudo que se define como perfil de trabalhadores em setores de ponta tende a tornar-se requisito para a vida na sociedade moderna. Se o mercado exige empresas competitivas, a sociedade também exige cidadãos competentes." (p. 1, 2).

O conceito de cidadão competente aqui não contradiz em nada os interesses mercadológicos, ao contrário, a eles se adequa complementarmente. A visão das relações sociais no mercado de trabalho, expressa mais adiante, corrobora com o acima exposto, elucidando uma concepção pacificada, sem contradições, desse universo.

"Dessa perspectiva, a educação profissional se define como componente essencial de um

novo padrão de relações capital-trabalho, fundado na negociação." (P. 3).

CONSENSO FICTÍCIO E DISSENSO REAL

No caderno 3 - "Depoimentos", duas análises apontam para a necessidade de um aprofundamento maior quanto às estratégias de educação dos trabalhadores:

"A CUT defende claramente a constituição de centros públicos de formação profissional integrados ao sistema nacional de Educação, com dotação orçamentária específica e sistema democrático e transparente de gestão e fiscalização." (Sebastião Lopes Neto, direção nacional da CUT).

"Também se faz importante favorecer a assimilação, a aprendizagem e a construção de novas capacidades, modificando-se efetivamente as condições e os processos de trabalho vividos pelos trabalhadores, envolvidos, ou não, pelas inovações tecnológicas, organizacionais e gerenciais. A qualificação é, cada vez mais, um valor estratégico de interesse do trabalhador e do empregador, este ávido pelos ganhos de produtividade e qualidade. São lógicas distintas, que informam suas expectativas e práticas. Reconhecê-las enquanto tais constitui um importante passo para a discussão atual sobre a necessidade de novos rumos para a formação profissional." (Lucilia Machado, professora da FAE-UFMG).

O depoimento de Sebastião Neto questiona a estruturação do sistema de formação. Fica claro que para ele e, evidentemente para a CUT, é inaceitável que, sob a pressão de uma demanda urgente de formação mais abrangente da mão-de-obra, fator decisivo para as empresas adquirirem

maior produtividade e competitividade, se crie sistemas de ensino submetidos à lógica e gerenciamento único das empresas. E reivindica a participação dos trabalhadores em conselhos tripartites (trabalhadores, governo e empresários) na

"gestão de formação profissional (Senai, Senac, Sesi, Senar), ou de outras iniciativas complementares ao ensino regular de âmbito municipal, estadual, nacional e regional, visando rigoroso controle fiscal e formalização de processos sistemáticos de avaliação dos serviços prestados."

Compreendido assim, o projeto da FINEP é controverso, pois claramente subordina a formação dos trabalhadores, mantida com recursos públicos (financeiros, e até mesmo humanos e infra-estrutural) à gestão das empresas, reforçando a privatização do público em adiantado processo no país.

Recorrendo a FRIGOTTO (1995:161) quando este analisa as propostas de qualificação profissional em disputa, fica ainda mais explícita a estratégia adotada:

"Mas, ao examinarmos a proposta de educação técnica e profissional veiculada pelos organismos ligados aos empresários, direta ou indiretamente, percebemos, mais claramente, o limite e estreiteza das elites na luta para ter o controle privado desta modalidade de ensino, mesmo quando este é mantido pelo Estado. A luta destas elites, com o apoio da maior parte das direções das escolas técnicas e setores atrasados do próprio magistério e funcionários, é de manter o sistema de ensino técnico-industrial como um enclave no sistema de educação."

As proposições de MACHADO vão mais além. Sugerem que, sob a ótica dos

interesses dos trabalhadores, a educação e a formação profissional devem seguir orientações distintas daquelas estipuladas pelo patronato. Reafirma que as habilidades a serem desenvolvidas não podem ficar circunscritas àquelas exigidas pelo mercado de trabalho, sujeitando simplesmente o trabalhador ao ideário do capital, mas deverão apontar para as modificações das "condições e dos processos de trabalho" nas quais todos os trabalhadores estão situados ("envolvidos, ou não, pelas inovações tecnológicas, organizacionais e gerenciais").

Em outro trabalho, a autora citada esclarece mais suas conclusões ao afirmar que, concretamente, coloca-se em evidência duas orientações distintas para a educação dos trabalhadores: a polivalência e a politecnia.

A formação polivalente pressupõe a aquisição de habilidades e versatilidade na utilização de conhecimentos, manipulação de instrumentos básicos úteis a diversas tarefas, trabalho em equipes, entre outras. É um avanço em relação à formação exigida pelo taylorismo-fordismo por trabalhar com um conhecimento "mais criativo que reprodutivo, mais geral que específico, mais mental que físico" (MACHADO, 1994:19), porém está aquém da formação politécnica.

A formação politécnica levaria à

"união da destreza e do fazer com a inteligência e o pensar, num nível superior. (...) discernimento e julgamento crítico; compreensão dos determinantes sociais, econômicos e políticos das ações a serem empreendidas; independência na avaliação

das implicações das intervenções humanas frente a outras alternativas e finalidades, e criatividade no enfrentamento das contradições." (MACHADO, 1994:19).

Análises de outros autores como FRIGOTTO (1995:177) vão ao encontro dessas mesmas preocupações quando indica que no processo de reconversão tecnológica, coloca-se a necessidade do trabalhador adquirir novos conhecimentos e habilidades.

"Neste processo ampliam-se, também, as demandas culturais do trabalhador. Estas demandas, todavia, tendem a ser aprisionadas no limite quantitativo e qualitativo das necessidades do capital. O desafio está, sob a base contraditória do capital, em dilatar as possibilidades de uma formação tecnológica unitária para todos."

Se do ponto de vista do capital, o momento é para a formação polivalente do trabalhador, no âmbito dos trabalhadores porém, coloca-se a perspectiva da politecnicidade.

Evidentemente, a implementação da politecnicidade exigirá transformações profundas no nível da escola e da sociedade em geral, absorvendo um investimento social mais elevado. Mas, a não ser que o movimento dos trabalhadores limite-se a construir uma administração mais eficaz para uma educação orientada apenas para as demandas do mercado, "educação para a competitividade", a necessidade de mobilizações para a conquista da politecnicidade está colocada.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, FINEP. Educação para a Competitividade, v. 1, 2, 3, 4, 1995.
- BRASIL, Ministério do Trabalho, Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado, Brasília, agosto, 1995.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real, São Paulo: Cortez, 1995.
- MACHADO, Lucília R. S. Mudanças Tecnológicas e a Educação da Classe Trabalhadora. In: Trabalho e Educação, Coletânea CBE, Campinas: Papirus, 1994.
- MOREIRA, Antônio Flávio. Neoliberalismo, Currículo Nacional e Avaliação. In: SILVA, Luiz Heron da & AZEVEDO, José Clóvis de (orgs.). Reestruturação Curricular: Teoria e Prática no Cotidiano da Escola. Petrópolis: Vozes, 1995.
- NETO, Antenor Nascimento & GRINBAUM, Ricardo. "As Elites no inferno astral", Veja, 26 junho de 1996, p. 32-39.